

A questão da tradição como justificativa disciplinar: breves comentários

[Comentários ao trabalho de Ricardo Silva]

*Ariston Azevêdo*¹

Recorrer à tradição para justificar os caminhos por onde pode seguir uma disciplina não deixa de ser uma atitude perigosa, principalmente nos dias de hoje, dias em que o jargão “tudo o que é sólido se desmancha no ar” ronda as nossas cabeças. Houve o tempo de Plotino, sabemos, em que a crença na descoberta da verdade pelos antepassados justificava uma dedicação de vida, pois como a verdade já havia sido apreendida pelos primeiros, o empenho em compreender suas obras era justificado pelo gozo do momento maior, aquele em que, por meio dos antigos, nos encontraríamos frente a frente com a verdade – a **tradição era o caminho para a verdade**. Para nós ocidentais, o advento do Iluminismo significou um abalo nesta crença, nesta postura de reverência para com o passado, para com a verdade propagada nos discursos dos clássicos – **tradição e verdade não mais necessariamente estariam vinculadas**. Também em decorrência desse momento histórico, o ser humano começa a adquirir consciência de que sua fala ou percepção é marcada por uma perspectiva – a **verdade passa a ser perspectivada**. Isso significa dizer que a verdade foi relativizada em face das perspectivas assumidas pelo grupo ou pelo indivíduo [a arte, foi, neste sentido, a gestante desse *modus explicativo*]. Além disso, a ruptura com uma solidez persistente no tempo e no espaço e, conseqüentemente, a consideração de uma fluidez do humano e do real a ele pertinente,

¹ Prof. da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Doutorando em Sociologia Política (UFSC). E-mail: ariston_azevedo@uol.com.br

trouxe implicações sobre os modos de perceber e explicar a realidade. A partir daí, tornou-se difícil encarar o homem como sendo, exclusiva e absolutamente, uma substância firme e sólida, passando a ser considerada, também, uma dimensão de seu ser que se determina, em forma e conteúdo, de acordo com modos de existência socialmente postos – **emerge um sentido de fluidez da natureza humana (social e individual) e com ele uma espécie de formalismo relacional para comportá-la** [a idéia que permeia a “A teoria dos sentimentos morais”, de Adam Smith, nos vem ao pensamento neste instante]. O mesmo pode ser dito sobre a forma como a realidade passou a ser compreendida, ou seja, a idéia de que ela poderia ser uma construção humana (de homens fluidos!) independente de interferências transcendentais – **a fluidez da realidade humanamente construída**. Essas nos parecem considerações que merecem ser trazidas à tona, como pano de fundo às questões e proposições que nos propomos dialogar com o palestrante e com os demais, neste momento.

Com esse pano de fundo, nossas questões e proposições mergulham na “problemática da Sociologia Política” que ventila este evento.² Como todos aqui, também nós nos perguntamos: O que é isso, Sociologia Política? Cremos que ainda não sairemos saciados com uma resposta acabada, dada a complexidade do tema e do contexto que o comporta. No entanto, a angústia, inescapavelmente, nos lança à procura de bases (mínimas, pelo menos) para apoiar a nossa disciplina e os esforços nela engajados na atualidade. Pela natureza da questão e sustentados na “segurança” do convencional, estaríamos tentados a buscar tais bases seja na Sociologia, seja na Ciência Política, talvez em uma justaposição. Mas, se por um lado, os adeptos da “Sociologia Pura” resistem em compartilhar da idéia de que uma disciplina de Sociologia Política é legítima como área de engajamento autônoma, considerando-a, quando muito, uma especialidade desse algo maior, por outro, os defensores da Ciência Política também parecem não encarar com bons olhos esta “suposta” disciplina “híbrida”

² Em 1959, Henrique Stodiek manifestou-se sobre a questão na Faculdade de Direito de Pelotas.

da”, quase “suja”. Além disso, encontrar bases em disciplinas que também estão em um processo de questionamento de suas fronteiras e conteúdos é uma saída temerária, pensamos. **Como, então, poderemos justificar a Sociologia Política?** O recurso à tradição é a saída que nos apontou o palestrante.

Pelo discurso do Prof. Ricardo Silva, apercebemo-nos, com mais clareza, desta nossa questão e de seu estado ainda problemático, pois, segundo ele, além da Sociologia Política ser uma disciplina de fronteiras “fluidas e cambiantes”, com o objeto de estudo de natureza “fugidia”, a mesma sofre as conseqüências do atual questionamento que abala a classificação das ciências sociais vigente. Nesse sentido, a sua cautela aponta para a formulação de “noções bastante gerais – e por isso consideravelmente flexíveis – sobre a intenção básica que tem, tradicionalmente, orientado a Sociologia Política”, intenção essa que inclui, por exemplo, o poder em seu contexto social (Bottomore) e as relações entre poder social e autoridade política (Offe), podendo ser encontrada recorrendo-se à “história da disciplina”, identificando nela seus “clássicos” e “tradição de pesquisa”. O tópico central de seu discurso, no entanto, não se volta à recuperação de autores clássicos da Sociologia universal, mas àqueles da Sociologia Política no Brasil, onde aparecem Paulino José de Souza, Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida, Alcindo Sodré e Nestor Duarte, recebendo destaque em suas considerações a obra de Oliveira Viana, seguidor direto de uma tradição sociológica inaugurada por Alberto Torres.

Nossas considerações aqui não incidirão exatamente, mas apenas em sentido reflexo, na obra de Oliveira Viana, mas principalmente sobre o fato de o palestrante ter se valido do recurso a uma tradição para justificar a disciplina de Sociologia Política. **Até que ponto, podemos nos perguntar, a recorrência a determinada tradição de estudos pode nos encaminhar para uma justificação de determinada disciplina social?**

Entendemos que a tradição que socorre o palestrante em suas análises não poderá ser a única considerada se nos propusermos a justificar a disciplina de Sociologia Política. Isso porque

– e não somos nós os primeiros a dizer – cada tradição comporta uma certa perspectiva que, ao mesmo tempo em que se apresenta como fonte de captura do real, de uma faceta até então nunca apreendida, será sempre fonte de limitação, pois o jogo estabelecido entre o real e as perspectivas que sobre ele incidem é sempre de “meia-revelação”, de “meia-verdade”. Em outras palavras, **a Sociologia Política será sempre maior do que qualquer tradição** – a tradição é corruptora da totalidade pertinente à disciplina e esta, por sua vez, corruptora da totalidade do real, no nosso caso, da totalidade do fenômeno político que está embrenhado no social. Estas considerações vamos encontrar lá em Mannheim, para quem “todos os pontos-de-vista, em política, são apenas parciais, porque a totalidade histórica é sempre demasiado mais ampla para ser apreendida por qualquer dos pontos-de-vista individuais que dela emergem” (1986, p.176), e em Heidegger, com sua idéia de desocultamento e ocultamento do Ser. Além disso – e o próprio texto do Prof. Ricardo Silva nos atenta para o fato – **em se tratando das tradições, há sempre a possibilidade de estarmos diante de ideologia disfarçada de ciência**: “...então a Sociologia de Oliveira Vianna pode ser considerada um momento fundamental do que qualificamos alhures como a ideologia do Estado autoritário no Brasil”. Vale dizer também que **a tradição a que pertenceu Oliveira Viana caracterizava-se, entre outras coisas, pelo realismo e pragmatismo**, para a qual o particular era determinante na elaboração do conhecimento sociológico – compromisso com o particular para a construção adequada de um conhecimento sociológico específico –, em contraposição a outro grupo de intelectuais (outra tradição com a primeira convivente?), dentro do qual destacamos Rui Barbosa, cujo foco discursivo pouco se atentava às peculiaridades nacionais, acreditando ser possível, a partir de idéias e teorias importadas, supostamente universais, moldar a realidade brasileira – compromisso com a universalidade do conhecimento sociológico. Logo, sem se ter em conta as distintas tradições que se dedicaram à prática da Sociologia Política no Brasil, corremos o risco de tomar o todo pela metade, ou seja, tomaríamos apenas uma das faces da “verdade” acerca da história das intenções que justificam a Sociologia Política, haja vista que ela não poderia ser absorvida absolutamente pela tradição

apontada. Mesmo que a busca se retivesse a destacar as colaborações de tal tradição para a nossa justificativa disciplinar, esse destaque exigiria um olhar crítico que reconhecesse o espectro desta tradição e, assim, seus contornos e sentidos. Há que se atentar, também, para o **caráter incremental do percurso da tradição**, considerando as sínteses e avanços que os pensadores trazem a ela quando assumem o seu partido [Guerreiro Ramos, foco de nossos estudos na Sociologia, é um caso em que esta contribuição incremental é percebida]. A tarefa do sociólogo político, portanto, será sempre a de tentar reunir, de maneira complementar, as mais diversas perspectivas sobre o seu objeto, depurando delas os seus aspectos ideológicos, mas tendo em mente sempre o constante **estado de ignorância** que lhe acometerá.

O recurso a uma Sociologia construída unicamente a partir de um determinado real, delimitado em termos de um espaço, tempo e estrutura – não esqueçamos que a tradição sociológica a que pertenceu Oliveira Viana deteve-se, basicamente, no estudo do papel “primordial de um Estado forte e centralizado na implementação dos interesses coletivos” (LIMA & CERQUEIRA, 1971, p. 87) – nos parece não ter condição de se sustentar como base sólida para a empreitada que sugere nosso palestrante. Nesta linha de raciocínio, há, de maneira quase que determinística, o **fechamento do objeto da Sociologia Política hoje**, ou seja, ele estaria marcado por certos pressupostos como, por exemplo, a idéia de que o poder situa-se exclusivamente na esfera do Estado, que a política está aprisionada a formas convencionais de manifestação, entre outros pressupostos não compartilhados por muitos estudiosos que também se arrogam pertencer à seara de estudos da Sociologia Política. Tomar a tradição unicamente como referência, portanto, poderia implicar uma disciplina *stricto sensu* definida de acordo com uma ou outra tradição qualquer. Logo, da maneira que pensamos, o objeto da Sociologia Política não se limitaria àquele que é apontado na tradição na qual se ampara o palestrante.

Centraremos nossa última consideração no aspecto de fluidez da realidade e dos discursos sobre ela. A fluidez da realidade apresenta-se como um dos grandes desafios para a Sociologia Política. Se de fato entendemos a realidade como fluida, seria

possível uma Sociologia Política em termos de suficiência ou eficiência de descrição e avaliação dessa realidade fluente, sem que ela esteja sujeita a uma instantânea desatualização? Esta questão nos remete diretamente às carências na Sociologia Política, carências essas que não foram percebidas pelas tradições mas que, na atualidade, não podem deixar de ser levadas em consideração, se de fato queremos dotar esta disciplina de elementos suficientes para compreender a sociedade e a teoria social contemporâneas. Peter Wagner acusa uma dessas carências quando afirma que “a Sociologia Política insistiu excessivamente na necessidade de coesão – e na tendência para essa coesão entre identidades, práticas e regras numa sociedade” (1996, p. 29), haja vista o fato de que a mesma sempre recorreu a algo que pudesse servir como elemento aglutinador da diversidade social. A “fé” que a tradição de Oliveira Viana deposita, por exemplo, na categoria de “nação brasileira” parece corroborar para este viés de elemento aglutinante. O mesmo pode ser dito de categorias como “a sociedade industrial”, “Estado e monopólio estatal”, “nacionalismo”, “ideologia”, entre outras, categorias típicas de um pressuposto de coesão. Outro continuador desta tradição, Alberto Guerreiro Ramos, apesar de seu posicionamento crítico sobre a própria tradição na qual se incluía, não conseguiu evitar, pelo menos durante o período em que se devotou à formulação de uma teoria da sociedade brasileira, a recorrência a esses elementos sintetizadores da identidade nacional. Na contemporaneidade, percebemos, no entanto, discursos que se afastam, significativa e radicalmente, dessas proposituras harmonizantes do real, abordando o contingente (Luhmann), o complexo (Morin), o híbrido (Bhabha), o líquido (Bauman), as redes (Latour), para mencionarmos apenas algumas delas. Todas essas perspectivas afastam-se significativamente das tradições principalmente devido ao fato de não prescreverem a forma que deveriam ter as relações sociais. Diante deste contexto, estamos em um impasse: ao mesmo tempo em que buscamos uma base objetiva, categórica e metodológica para sustentar nossa disciplina, a própria idéia de bases sólidas e de limites precisos estão em fulminante questionamento na teoria sociológica da atualidade. O desafio, portanto, que se apresenta para nós, em termos das palavras de Alfred

N. Whitehead (1946), em sua obra *A ciência e o mundo moderno*, estaria circunscrita ao que, na tessitura social, porventura perder e/ou se transforme. Talvez devêssemos refletir sobre esses limites, se é que existem.

Diante de todos esses apontamentos, em que o novo e o velho se mostram concomitantemente, podemos dizer que o recurso à tradição serve e não serve, ao mesmo tempo, para solucionar o problemática que hoje nos suscita a disciplina da Sociologia Política.

Referências bibliográficas

STODIECK, H. A problemática da Sociologia Política. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. III, n. 5, janeiro 1959, p. 161-174.

MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

HEIDEGGER, M. *A questão da técnica*. [Die Frage nach der Technik]. In: *Cadernos de Tradução 2*, São Paulo: Departamento de Filosofia, USP, p. 40-93.

GUERREIRO RAMOS, A. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

_____. *A redução sociológica*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

LIMA, M.R.S. & CERQUEIRA, E.D. O modelo político de Oliveira Vianna. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 30, janeiro 1971, p. 85-109.

WAGNER, P. Crises da modernidade: a Sociologia Política no contexto histórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 31, ano 11, junho 1996, p. 29-43.

WHITEHEAD, A.N. *A ciência e o mundo moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1946.